

CARTA DE COMPROMISSO A SER ASSUMIDA PELOS CANDIDATOS AO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 COM O COLETIVO DE NEGRAS(OS) DE TABOÃO DA SERRA.

Historicamente, o Estado brasileiro tem se omitido de enfrentar e eliminar os padrões de desigualdade e discriminação a que está submetida a população negra brasileira. Nos últimos anos, com o recrudescimento explícito do racismo os casos de violência e índices de desigualdades estão cada vez mais potencializados e como parte dessa realidade o município de Taboão da Serra não foge a esse contexto.

Apesar dos partidários políticos apresentarem em seus discursos a luta pela redução da desigualdade social e a promoção da igualdade de oportunidade, e mesmo com as numerosas candidaturas negras proporcionais e majoritária, vemos uma ausência total de Projetos Políticos que reflitam as necessidades desta população em Taboão da Serra.

Avaliações nos indicadores socioeconômicos da população negra atestam o impacto positivo das políticas universais, porém a redução das desigualdades só se concretizam a médio prazo com a adoção de políticas específicas para que isso aconteça. **Portanto, se faz necessária a implementação de ações afirmativas de caráter amplo** na busca por Igualdade Racial no Brasil, que se traduza em igualdade de acesso a direitos por pessoas com realidades de vida e reconhecimento desfavoráveis.

O desmonte de várias políticas sociais conquistadas pela população, após longos processos históricos de cobranças, ampliou e intensificou desigualdades e a miserabilidade; cortes no Programa de Transferência de Renda, o fim do Minha Casa Minha Vida (faixa 1) para famílias de baixa renda, comprometimento do acesso e permanência à educação pública de qualidade, sem falar no aumento de homicídios de jovens negros e no feminicídio de mulheres negras.

O reconhecimento da existência de um racismo institucional e estrutural é fato concreto e cientificamente comprovado no país. É uma ocorrência que vem se perpetuando em instituições e órgãos públicos e privados de todos os âmbitos e precisa ser enfrentado também pelo âmbito municipal. Uma das formas de assumir organicamente o enfrentamento dessa realidade é a implantação e implementação de programas de inclusão e/ou combate à discriminação e o preconceito.

No momento de eleições é também momento do poder público assumir sua responsabilidade com essa questão, a exemplo de segmentos do setor privado, vide casos como a contratação de trainees negros pelo Magazine Luiza, Banco Bradesco, Itaú e Santander.... Todas estas ações foram implementadas após os responsáveis por estas empresas tomarem ciência da sua responsabilidade em enfrentar as injustiças sociais e combater as desigualdades. Ações desenvolvidas com apoio de pesquisadores, intelectuais, profissionais e ativistas negras e negros, que de acordo com o IBGE representam mais de 50% da população do país.

Existe uma evidente segregação espacial da população negra no município. As condições de moradia, saúde e educação recebida pela população negra ao longo das décadas por parte dos poderes públicos demonstram o tratamento indiferente, desinteressado e debochado. Políticas que ignorem a questão racial

prejudicam a inibição das práticas cotidianas de preconceito, discriminação e racismo, em especial nos atendimentos públicos nas áreas de Saúde, Educação, Renda e Segurança.

Há problemas nas iniciativas políticas tomadas pelo poder público quando elas são ações incipientes e não se traduzem como políticas públicas, os problemas são evidenciados pela baixa adesão da sociedade em função da pouca visibilidade e da falta de execução pelos responsáveis porque as ações que não são integradas como política pública também são difíceis de serem monitoradas e não são enraizadas pelo poder público.

Os dados evidenciam a necessidade urgente de se ampliar o combate às desigualdades raciais. **Conceitualmente, a ação afirmativa é aquela que, a partir da identificação de uma desigualdade, cria políticas para alterar esse cenário de forma a garantir acesso a direitos, bens e serviços semelhante ao restante da população.**

É essencial que, em seu mandato, o eleito se empenhe a não apoiar projetos que coloquem em risco direitos conquistados pela luta história do movimento negro, comprometendo-se a:

- 1- Transformar a **COOPIR** - Coordenadoria da Igualdade Racial em **SECRETÁRIA**, com estrutura para o desenvolvimento de políticas públicas, designando um secretário com notório saber sobre a temática da questão Racial e conhecimento sobre a população negra da cidade.
- 2- Reativação do **CONEGRO** – Conselho Municipal do Negro tomando-o deliberativo;
- 3- Designação de profissionais negra(os) em cargos decisórios nas Secretarias de: Educação, Segurança, Saúde, Governo, Economia, Habitação, Cultura, Esporte, Gestão de pessoas, Comunicação, Planejamento e Assistência Social;
- 4- Inclusão de dotação no PPA para a implementação das políticas de promoção da igualdade racial.

5- **EDUCAÇÃO**

- a- Fortalecer políticas públicas e garantir a efetivação de mecanismo de implementação das diretrizes curriculares sobre a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena previstas no artigo 26 da LDB alteradas pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008;
- b- Formação continuada de profissionais da Educação docentes e não docentes;
- c- Que os conteúdos da história africana e afro-brasileira e das relações raciais no Brasil façam parte das provas dos concursos públicos;
- d- Área técnica na Secretaria de Educação para possibilitar os encaminhamentos de formação, materiais didáticos e todas as providências necessárias para a educação de relações raciais e anti racistas. Corroboradas pelo PNE, Diretrizes Curriculares, BNCC e o Plano Nacional de Implementação de ERER.

- e- Ampliação do EJA e implantação de cursinhos populares
- f- Apoio à entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra;
- g- Desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade;
- h- Fortalecer políticas voltadas para a redução da evasão escolar, defasagem idade-série de estudantes pertencentes aos grupos étnicos e raciais discriminados.

6- ESPORTE

- a- Apoio, incentivo e investimento no esporte individual e em outra modalidades;

7- SEGURANÇA

- a- Formação permanente da GCM quanto as questões raciais
- b- Promover políticas de enfrentamento à violência contra a população negra, em especial contra genocídio da juventude negra e o feminicídio de mulheres negras;
- c- Assegurar ações de enfrentamento às violações do direito de culto e crença, com vistas a combater a discriminação contra as religiões de matriz africana;
- d- Erradicar o racismo institucional das políticas de segurança, coibindo o uso da violência racial que produz altos índices de homicídios contra a população negra, por meio de políticas de segurança pública, baseadas em Direitos Humanos;

8- SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a- Reativar a coordenadoria da saúde da população negra;
- b- Ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS;
- c- Produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra;
- d- Desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades da população negra.

- e- Formação continuada e promoção da saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnicas e o combate à discriminação nas instituições municipais e serviços do SUS;
- f- A melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero;
- g- A inclusão da temática e do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS e a educação permanente dos trabalhadores da saúde;

9-

GOVERNO

- a- Política de enfrentamento de denúncias de racismo institucional nas organizações públicas e privadas e em suas diferentes políticas, planos e programas de ação;

10-

ECONOMIA E TRABALHO

- a- Criar comissão para verificação dos critérios de cotas no departamento de Gestão de pessoas;
- b- Pela adequação da Lei 12.990 de 2014 na lei orgânica do município, com o estabelecimento de reserva de vagas aos negros em concursos públicos da administração pública;
- c- A implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas concessionárias e fornecedores;
- d- Capacitação dos empreendedores negros;

11-

CULTURA

- a- Apoio ao desenvolvimento, implementação e divulgação da arte e cultura da população negra nas periferias e nos espaços públicos;

12-

COMUNICAÇÃO

- a- Obrigatoriedade da participação proporcional de negras(os) nas peças publicitárias, filmes ou programas veiculados pelo Governo;

13-

HABITAÇÃO

- a- Implementar o Fundo Municipal de Habitação já aprovado em conferências anteriores;
 - b- Programas de assistência às famílias de baixa renda em processos de regularização fundiária, e as moradias em áreas de riscos;
 - c- Reimplantar os projetos de reurbanização das favelas;
 - d- Ampliar os programas de locação social.
 - e- Parceria (Governo e Sociedade Civil) nos projetos de moradias populares, priorizando as mulheres, negras e solos;
-